

Revisitando os analgésicos opioides

Revisiting opioid analgesics

O desenvolvimento de um novo medicamento é um processo longo, trabalhoso e de alto custo. De forma geral, estima-se que a cada 10.000 moléculas identificadas com potencial terapêutico, somente 1.000 chegam à fase de investigação pré-clínica; destas, apenas 10 serão estudadas em humanos, das quais uma chegará ao mercado após aprovação e registro para uso terapêutico. Esse processo tem duração de cerca de 10 a 12 anos e custo estimado superior a 300 milhões de dólares.

Devido à dificuldade para desenvolver novos fármacos, a farmacotécnica tem se preocupado em desenvolver novos sistemas de liberação para os fármacos já existentes, como os sistemas de liberação prolongada, controlada ou cronogramada. Estes novos sistemas oferecem inúmeras vantagens de uso quando comparados com as formas farmacêuticas convencionais, entre as quais incluem a melhora na eficácia e redução da toxicidade, tornando a terapêutica mais confortável e facilitando a adesão do paciente ao tratamento.

Portanto, torna-se fácil compreender a vantagem de investir no desenvolvimento de um sistema de liberação controlada que transforma um opioide antigo, considerado seguro e sem proteção de patente, em uma nova inovação tecnológica com melhor perfil de segurança com a patente protegida.

Existe uma série de analgésicos opioides de liberação controlada usados por via oral como a morfina, tramadol, oxycodona e hidrocodona, e por via transdérmica como o fentanil. Esta família de fármacos de liberação controlada traz a promessa de maior perfil de segurança, menor oscilação nos níveis séricos, e, conseqüentemente, melhor eficácia terapêutica e menores efeitos adversos.

Na realidade da América Latina, o Brasil é beneficiado por estratégias de investimento oriundas da pesquisa e desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional e internacional, inclusive pelo tamanho de seu potencial mercado consumidor. Infelizmente, alguns opióides de liberação controlada não trouxeram em sua proposta de lançamento no mercado brasileiro suas respectivas apresentações de liberação imediata para titulação de dose.

Assim sendo, quais os reais benefícios para nossa população?

Sem dúvida, esta pergunta deve ser motivo de reflexão crítica para cada um de nós, no contexto de que somos formadores de opinião e cidadãos que exercem a área do bem cuidar. Qualquer que seja nosso posicionamento, a resposta envolve a promessa de novas opções medicamentosas para o melhor controle da dor e dos sintomas dos nossos pacientes, e a garantia de acesso universal dos doentes a estas novas tecnologias.

Contudo, cabe aos profissionais da área de saúde que assistem a estes pacientes, seus familiares e cuidadores, a responsabilidade de buscar o melhor conhecimento quanto ao manejo responsável destes fármacos, lembrando que o controle da dor e dos sintomas dos pacientes é muito mais do que “medicalizar” seus sintomas.

Sandra Caires Serrano

*Médica Especialista em Pediatria, Neuropediatria e Tratamento da Dor
Médica Responsável pelo Serviço de Cuidados Paliativos do Hospital do Câncer A C Camargo.
Titular da Central da Dor e Estereotaxia do Departamento de Terapêutica Antálgica e
Cirurgia Funcional do
Hospital do Câncer A C Camargo*